



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal FELIPE CARRERAS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023
(DO SR. FELIPE CARRERAS)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão do nome do parlamentar ou da comissão autora em ações de divulgação de obras públicas e outras ações custeadas por emendas ao orçamento federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece a obrigatoriedade de inclusão do nome do parlamentar ou da comissão autora em ações de divulgação de obras públicas, projetos e outros investimentos financiados, total ou parcialmente, por emendas ao orçamento federal.

Art. 2º A divulgação de ações governamentais custeadas, total ou parcialmente, por recursos provenientes de emendas ao orçamento federal deverá mencionar o nome do parlamentar responsável pela indicação da emenda ou da comissão autora, acompanhada de link de acesso direto com informações detalhadas sobre a execução.

§ 1º As informações mencionadas no *caput*, serão incluídas em placas de inauguração de obras públicas.

§ 2º No caso de ações, programas ou serviços custeados por recursos de emendas ao orçamento federal, as informações mencionadas no *caput* serão divulgadas por meio de placas informativas nas instituições beneficiadas, publicações em páginas web e redes sociais ou por outras ações informativas destinadas a conferir transparência aos recursos empregados.

Art. 3º O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei, estabelecendo diretrizes e orientações para sua plena aplicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto visa estabelecer a obrigatoriedade de realizar ações de divulgação de obras públicas, projetos e outros investimentos que tenham sido financiados, total ou parcialmente, por emendas ao orçamento federal, que incluam o nome do parlamentar ou da comissão autora. Torna ainda obrigatória a inclusão de link de acesso direto, sob a forma de QR Code, que permita, de forma simples e rápida, a obtenção de informações sobre a execução das ações governamentais.

A proposta está fundamentada nos seguintes aspectos:

1. Maior transparência e prestação de contas: A divulgação do nome do parlamentar ou da comissão autora das emendas parlamentares que financiaram obras públicas fortalece a transparência na aplicação dos recursos públicos.

2. Estímulo à participação ativa dos representantes em projetos e ações que beneficiam a sociedade.

3. Estímulo à participação popular: A divulgação das ações governamentais custeadas por emendas parlamentares, de forma clara e acessível, contribui para o engajamento da população. Ao saberem das obras e projetos realizados com recursos provenientes das emendas, os cidadãos podem compreender melhor o impacto dessas ações em suas comunidades e acompanhar o trabalho de seus representantes.

4. Ampliação do controle social: A divulgação das fontes de custeio e de dados sobre a execução, com acesso simplificado pelo uso de QR Codes, facilita o acompanhamento do uso dos recursos públicos, contribuindo para o monitoramento das ações governamentais e detecção de possíveis irregularidades.

Ressalta-se que a medida, além de não afrontar o princípio da impessoalidade, uma vez que constitui medida de caráter educativo, informativo e de orientação social, fortalece a transparência e a publicidade, princípios fundamentais que devem reger a atuação da Administração Pública, conforme o art. 37, *caput* da Constituição Federal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal FELIPE CARRERAS

Ante o exposto, solicito apoio dos nobres pares.

Sala de Sessões, 19 de junho de 2023.

DEPUTADO FELIPE CARRERAS (PSB/PE)

Apresentação: 19/06/2023 15:24:53.643 - MESA

PL n.3139/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Carreras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237257024300>

